



Assembléia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

DIRETORIA LEGISLATIVA
JUNTA DA

Publicação de matéria
de 12 (onze) laudas.

Em 08 / 02 / 2013

José Lagamenon Alves Barbosa Júnior
Chefe do Setor de Publicação

RÚBRICA	FLS Nº <u>13</u>
ANEXOS	NÚMERO <u>AL-1648/13</u>

DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se a Comissão de Const. e Justiça

Em 19 / 02 / 13

Conceição de Maria Pádua Sampaio
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

Assembléia Legislativa

Encaminhe-se à Autógrafa

Em 04 / 04 / 2013

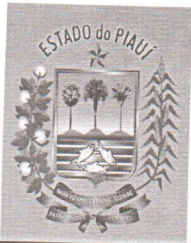
Conceição de Maria Pádua Sampaio
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a
Sec. Geral de Mesa
08/04/13
Diretor Legislativo

PROVIDENCIADO

Em 04 / 04 / 13

Informações
Chefe do Setor de Autógrafos



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 20 / 02 / 13

Conceição de Maria Lages Reduan
Chefe do Núcleo Comissões Leg.

Ao Deputado Antônio

para relatar.

Em 25 / 02 / 13

Antônio
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



PROCESSO: AL-1648/13

PROJETO DE LEI nº 04/13

AUTOR: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.

RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA

I- Do relatório

Nos termos regimentais, veio a este Parlamentar para o devido parecer o Projeto de Lei nº 04/13 de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Trata-se de Projeto de Lei que fixa os valores dos subsídios mensais percebidos pelos Conselheiros; Auditores, também denominados Conselheiros Substitutos; e Membros do Ministério Público de Contas, no âmbito da Corte de Contas estadual.

Argumenta o Egrégio Tribunal de Contas, em justificativa, que com a vigência da Lei 12.770, que dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República, e da Lei nº 12.771, que dispõe sobre o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, impõe-se, na esfera estadual a fixação dos subsídios dos agentes políticos.

Em apertada síntese, é o RELATÓRIO.

II- Da fundamentação

II.1- Da constitucionalidade formal – por competência de iniciativa da proposição.

A competência para iniciativa do Tribunal de Contas para propor ao Poder Legislativo política remuneratória advém da combinação dos preceitos constitucionais albergados nos arts. 73, 75 e 96 da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 73. O Tribunal de Conta da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, **exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.** (Grifo nosso).

Assim, pelo art. 96, os Tribunais de Justiça, dentre outros órgãos, compete privativamente, além de outras atribuições, a iniciativa de propor ao Poder Legislativo a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, **o que pelo art. 73 da Constituição Federal é aplicado ao Tribunal de Contas da União.**

Desta forma, por seu turno, o art. 75 da Lei Magna ao fazer alusão à seção que trata das atribuições, organização do Tribunal de Contas da União remete aplicação, dentre outros órgãos, **ao Tribunal de Contas dos Estados, litteris**:

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos **Tribunais**



de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. (Grifo nosso).

do Piauí:

Por sua vez destaca-se o que preceitua a Constituição do Estado

Art. 75. A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, **ao Procurador-Geral de Justiça** e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Grifo nosso).

Indica o art. 88 da Constituição Estadual:

O Tribunal de Contas, com sede na Capital do Estado, órgão auxiliar da Assembleia Legislativa do Estado, compõe-se de sete Conselheiros, tendo quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, **exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 123, II, desta Constituição.** *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 27 de 17.12.08)*

Neste sentido, as atribuições constantes no art. 123, II, da Constituição Estadual, dentre outras, encerram nas atribuições remetidas ao ao art. 96, I, II, III., que noutras palavras possibilitam a proposição de política remuneratória. **Verbis:**

Art. 123. Compete ao Tribunal de Justiça:
(...)

II - exercer as atribuições privativas dos tribunais, definidas no art. 96, I, II, III e suas respectivas alíneas, da Constituição Federal;

Destaca-se, também, que a proposição em discussão respeita os limites estabelecidos, não ultrapassando o percentual máximo em relação às Leis 12.770 e 12.771.

A exigibilidade de dotação orçamentária vem indicada no art. 4º da presente proposição, que correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Outrossim, o art. 5º deixa claro que a proposição em comento observará o art. 169 da Constituição que diz:

A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I- **Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para**



atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Grifo nosso).

III. Do voto do Relator:

Pelo exposto, ao sentir desta relatoria, o Projeto de Lei em tela encontra-se dentro dos parâmetros exigidos para a normal tramitação, no que opinamos por voto FAVORÁVEL a presente proposição.

IV. Do voto da Comissão:

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir, depois de apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos:

() Pelo ACATAMENTO do voto do Relator;

() Pela REJEIÇÃO do voto do Relator;

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 11 de março de 2013.


DEP. GUSTAVO NEIVA

RELATOR

